

# Difíceis os ajustes estaduais

por Livia Ferrari  
do Rio

Os estados que precisam encaminhar às assembleias legislativas suas propostas orçamentárias para o exercício do próximo ano até 30 de setembro, enfrentam uma situação difícil. Eles não conhecem ainda a dimensão da "operação desmonte" do governo federal, e, por isso, não contam com as informações necessárias para elaborar seus orçamentos.

"A alternativa dos estados será montar o orçamento para 1989 como se nada existisse, e fazer ajustes no decorrer do ano", su-

gere o secretário da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, Antônio Cláudio Sochczewski, ao lembrar que, na prática, os estados somente conhecerão as medidas da "operação desmonte" quinze dias antes do prazo de entrega das propostas orçamentárias. Sochczewski inclui, nesse prazo, o tempo provável dispensado pelo Congresso Nacional para analisar o Orçamento Geral da União que será entregue pelo governo federal dia 31 próximo. Embora destaque que antes desta sexta-feira (quando o governo federal pretende ter fechado sua

proposta orçamentária para 1989) será impossível ter noção exata do que será "desmontado", o secretário entende que se a "operação desmonte" se restringir aos convênios firmados com o governo federal (sobretudo os ligados à Legião Brasileira de Assistência e aos ministérios do Trabalho e da Justiça) e às operações a fundo perdido, o Rio de Janeiro, ao contrário dos estados do Nordeste, não será muito afetado.

Segundo ele, esses programas não chegam a representar 2% do orçamento global do estado, mas, ainda assim, Sochczewski faz uma ressalva: "Se a operação atingir os sistemas descentralizados de saúde, programa que implica repasse de recursos do INAMPS aos estados, provocará a quebra da saúde no Brasil".

Caso a operação atinja dotações orçamentárias de órgãos federais, como o Banco Nacional de Desen-

volvimento Econômico e Social (BNDES) ou a Caixa Econômica Federal (CEF), para financiamentos de investimentos estaduais, principalmente nas áreas de saneamento básico e transporte urbano, as perspectivas para o Rio de Janeiro ficarão bastante complicadas. "Nenhum estado tem condições para bancar aqueles programas com recursos próprios. E não há reforma tributária que dê jeito nisso", alerta Sochczewsky.

Cerca de 50% dos investimentos do governo fluminense referem-se a saneamento básico e transporte urbano, sendo que 70% desses programas são financiados pelo governo federal.